

A ORIGEM DO PENSAMENTO INDUSTRIAL FABRIL NO BRASIL E A PRIMEIRA ENTIDADE REPRESENTATIVA DE GRUPO INDUSTRIAL

The origin of the Industrial Manufacturing Thought in Brazil and the first representative body of industry group

Jussara França Azevedo
Doutorando em História Econômica – USP
jussa3348@usp.br

Artigo recebido em 30/08/2014 e aceito para publicação em 10/04/2015

DOI: [10.12957/tamoios.2015.12602](https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.12602)

Resumo

Este artigo tem a intenção de evidenciar uma reflexão quanto a visão antagônica a respeito do início da organização da indústria fabril no Brasil. Para tanto pretendo levantar alguns autores que defendem que a organização da indústria ocorrerá no século XX e a outros autores que defendem o começo da organização da indústria no XIX. Dividirei este artigo em duas etapas. A primeira exporei o pensamento dos autores que afirmam que o século XX foi o período de unidade entre os industriais. E a segunda parte pretendo confrontar o ajuizar de autores que afirmam que o século XIX foi o período de organização da primeira entidade que congregava os indústrias para tanto evidenciarei a ação dos indústrias para a organizar da entidade.

Palavras-chave: Indústria fabril; origem; organização e pensamento.

Abstract

This article intends to show a reflection as the opposing view about the beginning of the organization of the manufacturing industry in Brazil. Both intend to raise some authors who argue that the organization of industry will occur in the twentieth century and the other authors who advocate the beginning of the organization of the industry in the nineteenth. Divide this article into two first stapes. A expound the thought of authors who claim that the twentieth century was the period of unity among industrialize the second part plan to confront the judge of authors who claim that the nineteenth century was the period of organization the first entity that brought together the industries will point to the action of both industries to organize the entity.

Keywords: Industry; manufacturing; origin, organization and thinking.

A ORIGEM DO PENSAMENTO INDUSTRIAL FABRIL TERIA SURGIDO NO SÉCULO XX

Na narrativa de diversos autores fica explícito que o Brasil era identificado como um país agroexportador atrelado a conjuntura mundial como sendo um fornecedor de produtos tropicais para o velho mundo. O sentido da existência deste país seria fornecer os produtos fundamentais para a Europa. A conexão entre o Império e a Europa seria atrelada a face da dependência e do domínio econômico. (Junior, 1972) Francamente o Império do Brasil era de fato agro exportador no século XIX e até mesmo no início do XX e portanto improvável que pudessem desenvolver por aqui o pensamento industrial fabril.

O pensar o Brasil acoplado a exploração do território e de sua gente capaz de produzir produtos tropicais, mas não sendo possível atingir o desenvolvimento industrial fabril no século XIX seria a hipótese mais comum no quadro analítico levando em conta esta ponderação que a condição de se industrializar ocorreu no século XX. (Furtado, 2007)

Há posições divergentes quanto ao começo da industrialização do país. Existem aqueles que entendem que a organização de grupo industrial e suas necessidades se deram nas primeiras décadas do século XX, em diante. Entre eles Edgard Carone e Angela Maria de Castro Gomes. E há outra posição que entende que a gênese da luta pela industrialização ocorreu no século XIX na década de oitenta como Nícia Vilela Luz e Maria Bárbara Levy.

Para Edgard Carone em seu livro: “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)”, publicado em 1978, não havia a possibilidade de ter força política, por entender que a indústria tinha em papel subordinado ao interesse agro exportador. Não tinha organização suficiente para poder ganhar expressão. Segundo ele, a indústria se constitui a partir de 1904, com o Centro Industrial do Brasil. O autor afirma que não haveria condição política e social que pudessem colaborar para a conexão entre os industriais no Império e sua articulação política. A crise do chapéu foi o estopim para o início da articulação política entre os industriais.

A “crise do Chapéu” foi o primeiro movimento organizado em pró da indústria chapeleira no Rio de Janeiro, que tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento desta indústria na década de 1870.

O crescimento da indústria chapeleira no Rio de Janeiro se firmou graças à vida social e política da capital do Império, que criava um mercado consumidor de chapéus finos (Leopoldi, 2000). No início da década, entre os anos de 1873-1874, os chapéus de lã da Alemanha e da Inglaterra foram importados para o Brasil, como seus preços eram mais baratos

e possuíam a mesma, aparência e elegância dos chapéus feitos com pêlo de lebre, o seu consumo cresceu muito.

Em verdade, a indústria nacional não podia deixar de ressentir-se de uma tão profunda e tão rápida transformação, motivada pelos novos aperfeiçoamentos de navios a vapor, que, encurtando as viagens e cobrando fretes mais baratos, convidavam qualquer fabricante a enviar seus produtos a este lado do oceano, tanto mais fácil, que, nos seus próprios países. (Relatório,1882)

Como afirma Luís Carlos Soares, “a reformulação tarifária empreendida sob as ordens de Visconde do Rio Branco em 1874, contribuiu para agravar a crise dos estabelecimentos de chapéus de feltro.”(Soares,1980)

A tarifa de 1874 proporcionou a penetração dos chapéus europeus no país, a importação foi maciça do produto, levando a uma redução brutal da produção nacional, por não conseguir concorrer com o chapéu estrangeiro. Acarretando uma grande crise na chapelaria no Rio de Janeiro.

De acordo com Eulália Lobo, outra dificuldade havia, quanto à matéria prima utilizada nas fábricas de chapéus. Pois esta era importada e classificada como um artigo acabado, o chapéu já pronto, sendo que a matéria prima era semi-elaborada, com isso o imposto de entrada do produto incidia de forma pesada.

Segundo essa classificação errônea, esse produto custava 1\$800 e pagava de imposto 1\$740 quando o custo da montagem do chapéu feita no Brasil era de 4\$000. Portanto, apenas o revestimento externo importado custava quase tanto quanto toda a montagem da carcaça do chapéu, elevando o preço deste para 7\$540. O preço do chapéu estrangeiro importado era de 6\$240, beneficiando-se de uma diferença de 1\$300 a menos em relação ao nacional porque pagava de 1\$740, tanto quanto a chemise-manchon ou simplesmente revestimento. (Lobo,1978)

Além da tarifa, a estrutura artesanal do setor de chapéus estava mudando para uma etapa industrial (fabril). Com isso o desaparecimento da função de artesão chapeleiro iniciou seu processo. A nova estrutura configurava o uso de máquinas a vapor e maior número de trabalhadores. Segundo Leopoldi, em torno da “questão chapeleira” havia diversos interesses em disputa:

os comerciantes importadores, interessados em tarifas baixas para venderem o chapéu importado; os industriais de chapéus de lebre, ameaçados de desaparecer em virtude da concorrência dos similares importados e do alto custo da matéria prima, que elevava o preço final do chapéu; os artesãos, ameaçados pelas altas tarifas pela concorrência do produto importado e pelo desenvolvimento das manufaturas, que anunciavam o fim da produção manual de chapéu. Havia também os fabricantes de chapéus de seda, que se aliaram ao comércio importador no combate à elevada carga tarifária sobre os chapéus de lã e de pêlo de lebre da Europa.(Leopoldi,2000)

No decorrer da crise chapeleira, alguns estabelecimentos de chapéus de feltro fecharam suas portas, e os chapéus de patente transformaram-se em estabelecimento montadores de chapéus em carcaças importados, com isso houve uma redução de metade dos operários empregados e os seus proprietários se transformaram em vendedores dos chapéus de lã importados.

A princípio os chapeleiros apelaram para Associação Comercial, não encontrando repercussão se voltaram para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Luz,1975). Que entre 1876 e 1877, foi o palco encontrado para os debates entre os proprietários da indústria de chapéus de feltro, e os operários chapeleiros e os comerciantes de chapéus de lã importados.

Num manifesto, com a data do 1º de Agosto de 1876, endereçado pelos fabricantes de chapéus á benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era a nessa ocasião Presidente o sempre lembrado Visconde do Rio Branco. Cabe a esta distinta classe, dos chapeleiros, a glória da iniciativa da propaganda, que presentemente nos preocupa, e que, felizmente, já tem despertado a atenção de muitos homens eminentes do país. Em presença das diversas questões levantadas no seio da Sociedade Auxiliadora, e que deram lugar a divergências de opiniões, as duas seções de indústria fabril e de comercio intervieram com seus pareceres, sendo a primeira totalmente favorável a ideia de proteção. (Relatório,1882)

Para os proprietários de industriais de chapéus de feltro, estes dependiam que havia necessidade de uma tarifa protecionista, e a elevação dos impostos de importação dos chapéus de lã estrangeiro a fim de defender seus negócios. Iniciando assim a querela entre a seção fabril e a seção comercial dentro da SAIN. Os fabricantes nacionais dependiam dos produtos importados como: tintas gomas, forros, para a finalização de seus produtos.

Os fabricantes nacionais de chapéus de lebre e lã precisavam importar. Pelas drogas para tintas gomas-laca, forros, fitas tantas de lã como de seda, sujeitos a tarifa alfandegária. Era, portanto, necessário cobrar direitos elevados sobre o produto acabado estrangeiro para garantir a sobrevivência da indústria nacional.(Lobo,1978)

Os comerciantes importadores defendiam o livre-cambismo, afirmando combater o protecionismo da indústria. Para os comerciantes, os industriais de chapéus nacionais não tinham nenhuma condição de produzir este artigo, com habilidade e conhecimento adequado, para formar um objeto com excelência para o mercado consumidor.

Para equacionar a questão, o representante da seção da indústria fabril Sr. José Pereira Rêgo Filho, encaminhou um requerimento sobre o assunto, que a seções de agricultura, de comércio e de indústria estudassem um parecer sobre uma solicitação ao Governo Imperial sobre

a alteração da tarifa de nossa alfândega. Com o objetivo de favorecer a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, em 21 de junho de 1876, as questões que abordavam eram referentes à tarifa com questionamento quanto a: Quais os artigos da tarifa que devam ser alterados e os termos precisos da alteração? O segundo requerimento foi encaminhado em 05 de julho de 1876 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pela seção de comércio. Vejamos a seguir:

Requerimento do Sr. Joaquim d'Armada (documento nº2) apresentado a 05 de julho, afim de que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional achando procedentes as razões, que o suplicante alega, haja de remeter uma cópia do requerimento ao Ex^{mo} Snr. Ministro da Fazenda, ou a quem de direito para ser tomado em consideração, como for de justiça a bem da indústria nacional dos chapéus, no sentido de que o Governo Imperial diminua de o imposto de importação carapuças ou capas de pêlo de lebre ou coelho, a que os franceses chamam chemises.”(Informação,1877)

A seção da indústria fabril argumenta quanto à posição da seção de comércio, pois coloca em dúvida o tipo de indústria que o senhor D' Armada possui e seu valor, para o desenvolvimento da indústria fabril neste Império. O confronto entre as seções da indústria fabril e do comércio se acirra por argumentar que a seção de comércio possui produtos que não contribuem para o crescimento da indústria.

Um protesto, a 1º de agosto (documento nº 3) a assinado pelos proprietários de 15 fábricas de chapéus de lebre, estabelecidas nesta Corte em que pede a nomeação de uma comissão para visitar as fábricas de chapéus de lebre e informar a Sociedade se as carapuças ou capas, que o senhor Armada importa e emprega são ou não fabricas dos signatários de protesto, sendo estes produtos de fabricação nunca inferior aos que vem do estrangeiro, segundo ficou provado na última exposição nacional.” (Informação,1877)

Fica aqui exposto a luta dentro da SAIN entre a seção comercial e a seção indústria fabril para o favorecimento da indústria no Império.

A ORIGEM DO PENSAMENTO INDUSTRIAL FABRIL NO SÉCULO XIX

E há outra posição que entende que a origem do pensamento industrial fabril ocorreu no século XIX na década de oitenta como Nícia Vilela Luz e Maria Bárbara Levy. Já no livro: “A luta pela Industrialização do Brasil: 1808-1930” de Nícia Vilela Luz mostra-se, radicalmente contra, mostrando o empenho dos industriais quanto a sua organização de classe (propostas, ações e projetos). Necessidade de desenvolver a produção do país e amparar o trabalho e o capital brasileiro, serão com frequência utilizada no desenrolar da campanha em prol da industrialização do Brasil, não só no Império, como também na República.

Maria Bárbara Levy exemplifica em seu livro: *A Industrialização do Rio de Janeiro* através suas Sociedades Anônimas, o porquê da facilidade de desenvolvimento da indústria no Rio de Janeiro. Segundo a autora:

a decisiva vantagem que a indústria carioca tinha sobre os demais centros urbano(...) era a sua superioridade como centro comercial, notável expressão do sistema financeiro e do seu porto relativamente bem aparelhado, o que permitia acesso às materiais-primas e combustíveis provenientes de outras regiões, e o fato de estar cercado de quedas d'águas de fácil aproveitamento para a produção de energia. A abundância de energia hidráulica desempenhou um papel importante pelo menos no início da industrialização(Levy,1994)

Não só Nícia Vilela Luz, mas Bárbara Levy, em seu livro: “*A Industrialização do Rio de Janeiro* através de suas Sociedades Anônimas”, atesta a organização de um grupo de industrial forte e disposto lutar por seus interesses. Os empresários industriais reagiram através da organização da Associação Industrial, com o objetivo de atuar a favor de uma política protecionista para as industriais fabris no país.

Segundo Nícia Vilela Luz e Maria Bárbara Levy, a industrialização se deu já no século XIX, apesar de seus atropelos. Na verdade, as dificuldades foram tantas para a superação de seus adversários que, no processo de sua formação como classe, seu começo foi um tanto pressionado pelas circunstâncias da conjuntura política e econômica do país e pelas crises dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Nícia Vilela Luz argumenta diferentemente, que a indústria conseguia usar o fato desta grande quantidade de mão de obra ociosa, como um fundamento, do porque se industrializar, pois havendo trabalho para essa gama de trabalhadores, haveria mercado para o consumo de produtos nacionais, além do fato de tirá-los das ruas, dando possibilidade de crescimento econômico para este grupo, agora ingresso na sociedade brasileira. É a posição, que apresenta suas considerações quanto ao início da luta pela industrialização na década de oitenta do século XIX.

Para ratificar a afirmativa destas autoras que a organização da indústria fabril ocorreu no século XIX exporei a organização da entidade Associação Industrial do rio de Janeiro na década de 1880.

As décadas de 1870 - 1880 do século XIX no Império do Brasil foi um período de grande turbulência e de acontecimentos em várias ordens, como nos aspectos político (a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República) e no econômico (no setor agroexportador com a crise do café). A cidade do Rio de Janeiro passava por um processo de modernização de sua infraestrutura que trouxe melhorias urbanas para a população. Neste cenário nasce um grupo que se organiza neste período e que tinha um projeto novo para o Império, uma alternativa na área

econômica que apresentou uma proposta de mudança para o quadro político-econômico.

Em 1878, com as dificuldades do Tesouro, foram elevados para 50% a tarifa sobre os direitos adicionais de importação; pela tarifa Rio Branco tinham sido anteriormente fixadas em 40%. Foi nomeada uma nova revisão da tarifa alfandegária, incumbida de conciliar, quando possível, os interesses da Fazenda com os do comércio. (Luz,1975)

Em 1879, saiu a nova tarifa que trouxe discussões quanto ao protecionismo brasileiro. O antagonismo entre os fabricantes de chapéus que solicitavam um aumento da tarifa e os importadores de chapéus que queriam a redução da mesma causou um conflito de interesses que pôde impulsionar a formação da Associação Industrial, pois estas duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entraram em disputa. O aumento da tarifa não satisfez a ninguém.

Com a vitória da seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira e as suas reivindicações, estas foram enviadas ao Governo Imperial sendo solicitados a promoção do desenvolvimento industrial e o amparo às fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. Apesar do ganho dos industriais quanto a esta nova tarifa, os seus opositores, os importadores de chapéus, não se calaram e fizeram pressão sobre o Governo Imperial com o objetivo de se reverter o ganho alcançado. Segundo Leopoldi com a crise chapeleira dos anos de 70 formou-se no seu interior uma ala industrialista, que abriu espaço numa área antes ocupada pelos comerciantes e agricultores. Este foi o núcleo original do movimento industrialista do centro-sul.

As cisões no interior (SAIN), que também atingiam a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eram indicativas de que o rápido processo de transformação econômica, social e política que o país vivia iria levar a mudanças nas entidades representativas dos vários setores econômicos. Rompia-se a ampla coalizão de interesses econômicos. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz as suas demandas. (Leopoldi,2000)

Em 1880 foi nomeada uma nova Comissão para a revisão da tarifa alfandegária, com isso, a indústria fabril resolveu se unir. A posição dos importadores era pressionar o Governo Imperial para a diminuição dos direitos sobre os artigos e os fabricantes de chapéus reuniram-se e resolveram, por meio de uma representação, buscar forma de negociação junto ao governo Imperial. “A representação, conforme foi lavrada, concluía pedindo providências no intuito de promover no Império a fundação das indústrias fabris e manufatureiras, e de impedir a ruína daquelas que já tinham suficientes indícios de vida.” (Relatório,1882)

Esta representação junto ao Governo Imperial não obteve o seu propósito alcançado como a própria Associação narrou em seu Relatório *da Assembleia Geral da Associação*

Industrial do Rio de Janeiro de 1882: “nunca teve um despacho, não mereceu uma ligeira menção nos relatórios dos nossos Ministros: morreu como muitos outros documentos desta ordem, asfixiada no pó dos arquivos das Secretárias de Estado.” (Relatório,1882)

Os fabricantes de chapéus, solícitos na defesa de seus interesses, sabendo que os importadores de chapéus estavam na Comissão de revisão da tarifa de 1879, trataram de congregar-se novamente e endereçaram ao Governo Imperial uma nova representação, pedindo proteção para a indústria fabril e seu espaço no cenário econômico no Império.

O Comendador e Vereador Malvino da Silva Reis teve a iniciativa de unir os industriais para a defesa dos chapeleiros em uma Associação para melhor lutar por seus interesses. Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo despertar a esfera pública e o Governo Imperial para a indústria fabril.

Com o fim de assegurar o resultado das pretensões destes industriais, e ao mesmo tempo chamar atenção pública para semelhante assunto, foi a ideia de interessar em todas as industriais nesta questão, tratando-a de um modo geral no dia 02 de setembro de 1880, ele e diversos industriais fizeram uma reunião no escritório do Sr. Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto. (Relatório,1882)

Nesta reunião, formularam uma circular que devia ser assinada por 21 firmas de industriais de diferentes ramos. A convocação seria para os interessados pelo desenvolvimento do “trabalho nacional” que ocorreria em 06 de setembro, no salão da Praça do Comércio, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Vários discursos, que enfocavam a instabilidade da tarifa aduaneira e a urgência de uma política que animasse a indústria fabril. O objetivo da Associação era a defesa da classe e seus interesses.(Luz,1975) Pela primeira vez, os industriais do Brasil associaram-se, fundando, em 1881, uma organização que defendesse os seus interesses particulares.” (Stein,1979) Iniciando suas atividades, organizando estatísticas industriais, discutindo seus problemas pela imprensa, realizando conferências com o Ministro da Fazenda.

No ano de 1880, foi nomeada uma diretoria provisória da Associação Industrial composta pelos senhores Comendador Malvino da Silva Reis, Manoel Diego Santos, José Maria Teixeira de Azevedo, Angelo Agostini e José Luiz Fernandes Braga. Na mesma reunião foi organizada uma comissão para elaboração de um projeto de Estatuto da Associação Industrial, esta composta pelos senhores Dr. Henrique Hargreaves, Henrique Leuzinger e José Alves Ferreira Chaves.

No dia seguinte, tendo lugar uma nova reunião no salão Prealle, a fim de discutir-se sobre o projeto de estatutos apresentada pelos senhores, Dr. Henrique Hargreaves, ficou resolvido, entre outros pontos, que a Associação seria composta unicamente de industriais; e, não estando nestas condições o senhor Comendador Malvino Reis,

embora fosse lamentável a perda de um tão prestimoso auxiliar, não podia ele ter parte na mesma Associação, exceto como sócio honorário.(Relatório,1882)

“Os sócios deveriam ser industriais brasileiros ou estrangeiros, ora residentes no Império, com firmas ativas e contribuintes para a manutenção da Associação Industrial”.(Trabalho,1881)
Tendo em vista que diferentemente da SAIN, a Associação não possuía nenhuma ligação econômica com o Império, portanto podendo questioná-lo e buscar ajuda para as suas Exposições Industriais, quando representativa para o Governo Imperial.

Outras reuniões foram realizadas com o fim de elaboração do Estatuto e a organização da estatística que foram encaminhados para o Ministro da Fazenda, com uma representação que conseguiu o apoio do ilustríssimo Senhor Senador do Império João José de Oliveira Junqueira, o qual se dizia disposto a interpellar junto ao Governo quando se discutisse o orçamento. Este foi o primeiro parlamentar a apoiar a causa da indústria fabril, neste momento embrionário da Associação Industrial.

Apressou-se em discutir pela imprensa os interesses da indústria nacional, organizando estatísticas que lhe diziam a respeito, teve conferência com o Sr. Ministro da Fazenda e, finalmente, redigido uma representação que foi incorporada apresentar ao Senado, onde tiveram ocasião de registrar os sentimentos de adesão do ilustrado Senador o Sr. João José de Oliveira Junqueira o qual se dizia disposto a interpellar o Governo quando se discutisse a lei orçamentária.(Trabalho,1881)

O Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro foi aprovado pelo Decreto nº 8006 de 26 de fevereiro de 1881, a seguir foi eleita a diretoria definitiva composta por Dr. Antonio Felício dos Santos, presidente; Manoel Diego Santos, 1º vice-presidente; Francisco Antonio Maria Esberard, 2º vice-presidente; Francisco Antonio Ignácio de Oliveira Aguiar, 1º secretário; Henrique Leuzinger, 2º secretário; Francisco Marques da Costa Braga, tesoureiro; Belmiro José da Costa, adjunto; João Gomes Pereira e Antonio Gonçalves de Carvalho (Relatório, 1882).

O Estatuto expõe que haveria sócios ilimitados na AIRJ, tendo sua sede na Corte e que duraria 90 anos. Seus membros seriam industriais, os membros honorários seriam pessoas que tivessem contribuído de maneira relevante para o bem da indústria, protegido ou auxiliado nos grandes congressos, parlamentos ou na imprensa. Ainda no Estatuto tinham a pretensão de criar uma biblioteca industrial, um museu para as exposições de produtos e um periódico dedicado à indústria nacional.

1º Representar a indústria Nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários se conveniente, defendendo-a e protegendo-a. 2º Fomentar a criações de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas. 3º Publicar com seu relatório anual uma estatística industrial. E mais quando possível criar uma biblioteca industrial, criar

um museu industrial para exposição de produtos da indústria nacional, criar um periódico dedicado à indústria nacional a indiscutível utilidade da Associação. (O Industrial,1881)

A Associação Industrial tinha a intenção concernente à criação de um museu permanente para as exposições de seus produtos, e para tanto endereçou sua proposta de construção para o Governo Imperial no dia 1º de dezembro de 1881. Enviada a proposta, esta foi projetada porque o referido terreno estava desocupado, podendo requerê-lo ao Governo Imperial, alegando que a ideia merece a aceitação da esfera pública e dos governos de todos os países.

Os abaixo-assinados crentes que a idéia aquisição de um palácio destinado às exposições periódicas ou permanentes da indústria manufatureira do Brasil vai, felizmente, achando o simpático acolhimento, não só da parte do Primeiro Cidadão do país, como de todos os bons patriotas e devotados ao engrandecimento deste belo torrão, vem submeter á consideração e discussão de seus colegas a seguinte: 1º Para que a Associação Industrial officia ao Clube de Engenharia dando-lhe conhecimento da presente proposta, e se solicite dessa digna e patriótica corporação o levantamento de uma planta e seus respectivos orçamentos, de um edifício próprio para as exposições periódicas ou permanentes da indústria manufatureira do Brasil. 2º Para que se solicite da Ilma Câmara Municipal da Corte, ou do Governo Imperial, logo que se precise a capacidade, que será indicada na planta que ora pede o terreno necessário a esta edificação, cujo local poderá ser na área que se está desocupando pela remoção do Matadouro para a Imperial Fazenda de Santa Cruz. 3º Logo que se reunir o Corpo Legislativo a Associação Industrial submeterá ao seu patriotismo o pedido da garantia de juro de 6% ao ano, para o capital em que for orçada a projetada edificação, isto pelo espaço de 30 anos. 4º Finalmente, a Associação tomar a seu cargo e com o maior empenho levar a afeito tão patriótico quanto útil ideia. (Relatório,1882)

A Associação Industrial do Rio de Janeiro elabora seu projeto de construção do edifício do Palácio Permanente de Exposição, apesar das dificuldades encontradas referentes ao apoio do governo e até de verbas, mas a visão é ampla para com seu projeto de desenvolvimento da indústria no Império.

Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro que tinham como objetivo despertar a atenção da esfera pública e do Governo para as necessidades das indústrias fabris no Império. A articulação por parte dos industriais era feita com a utilização da imprensa, como o meio de atingir o público trazendo informações e pressionando os dirigentes do Império. Em seu livro *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem*, Maria Inez Turazzi afirma: “os industriais interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam rigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista, que freasse a invasão maciça dos artigos produzidos no estrangeiro.”(Turazzi, 1989) Já no primeiro ano de existência, a Associação demonstrava que a imprensa era um meio eficaz.

Ao transmitir á nova administração os poderes de que se achava revestida, a Diretória Provisória fez uma resenha dos fatos passados no seu tempo, tornando saliente o progresso que havia grandeado, na opinião pública, nossa propaganda, inclusive no Parlamento, em cujo seio alguns membros mostravam-se convencidos da necessidade de proteger as nascentes industriais do país.(Relatório,1882).

A utilização da imprensa, que exercia a função de fazer a ligação entre a Associação e a esfera pública, era essencial para a exposição de suas ideias e princípios, os quais desejava incutir no pensamento de seus leitores. A distribuição do periódico *O Industrial*, órgão da Associação, era um meio de se alcançar o maior número possível de pessoas.

CONCLUSÃO

O brotar da Associação Industrial do Rio de Janeiro admite a afirmativa que a origem do pensamento industrial que defende que a organização da indústria ocorreu no século XIX é coerente. Tal afirmativa é referente a organização da primeira entidade a congregar os industriais fabris no Império e articular junto ao Parlamento e a esfera pública suas intencionalidades e projeto para o Império.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DOCUMENTOS

Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877.p.1-2 Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. IHGB. Rio de Janeiro.p.14,15-16,17,18,23,24,26,29,65-66

O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881. P.15 Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

O Periódico “O Industrial”. Artigo: “Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1881”, O Industrial.p.2 Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES

CARONE, Edgard O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)” 1978.

FURTADO , Celso.Formação Econômica do Brasil.34. ed. São Paulo: Companhia das Letras,2007.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-*

1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. 12º ed. São Paulo, Brasiliense, 1972. P. 31

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1 volume, 1978. p.197,198.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p.96.

LEVY, Maria Bárbara. A Industrialização do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1994. P.135,63

LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808- 1930, 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. P.52,55

SOARES, Luís Carlos. A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880. 1980, p. 166, Dissertação(Mestrado em História) Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.p.166

STEIN, Stanley J. *Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.p.33

TURAZZI, Maria Inez. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: Engenharia, a Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE e Marco ZERO, p.52 1989.